REGULAMENTO DA IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CESAN SC

Florianópolis, 22, 23 e 24 de agosto de 2011.

CAPÍTULO I - DA FINALIDADE -

Art.1º – Este regulamento tem por finalidade a definição do funcionamento da IV Conferência Estadual Segurança Alimentar e Nutricional, aprovada em 05 de abril de 2011 pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/SC

CAPÍTULO II - DO TEMÁRIO -

- **Art.2º -** Nos termos do seu regimento, a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional abordará:
- a) O tema central: "Alimentação adequada e saudável: um direito de todos".
- **b)** Os Eixos Temáticos:
- **Eixo 1** Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar.
- Eixo 2 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Eixo 3 Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA -

- **Art.3º** O desenvolvimento da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional estará a cargo da Comissão Organizadora definida em plenária nº XXXVII do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA/SC de 24/02/2011.
- Art.4º A IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional terá a seguinte estrutura:
 - a) Credenciamento dos delegados, convidados e observadores inscritos.
 - b) Conferência de abertura
 - c) Mesas e debates
 - d) Abertura oficial da conferência
 - e) Leitura e aprovação do regulamento
 - f) Grupos de trabalho
 - g) Plenária final
 - h) Leitura e aprovação do relatório final
 - i) Leitura e votação das moções
 - j) Eleição de Delegados (adicionar) para a conferencia Nacional . (suprimir) em reunião por segmento para a Etapa Nacional buscando-se garantir a representatividade de todas as regiões e o critério de cotas do Estado
 - k) Encerramento da plenária final e da conferência.

CAPÍTULO IV - DO CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES -

- **Art.5º** O credenciamento dos Delegados, Observadores e Convidados será realizado no dia 22 de agosto de 2011, das 18:30 as 21:00 horas e no dia 23 de agosto de 2011, das 08:30 as 09:30 horas.
- § 1º Os Delegados Suplentes, na ausência dos Titulares, poderão ser credenciados junto à Comissão Organizadora, desde que portando documento assinado pelo Coordenador da Etapa Municipal e/ou Regional, oficializando a substituição.

CAPÍTULO V - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS –

SEÇÃO I - DA MESA DIRETORA –

Art.6° - Será constituída por membros da Comissão Organizadora (Grupo Executivo).

SEÇÃO II - DOS GRUPOS DE TRABALHO -

Art.7º - A Conferência terá até 09 (nove) Grupos de Trabalho, GT, compostos por, em média, 50 (cinqüenta) participantes, que discutirão todos os eixos temáticos conforme descrição abaixo:

EIXO 1 – Eixo 1 - Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar.

- 1. Diagnóstico sobre a insegurança alimentar e nutricional.
- 2. Balanço dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional.
- 3. Apresentação de ações de segurança alimentar e nutricional desenvolvidas pela sociedade civil.

EIXO 2 Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

1. Indicação de prioridades para o Plano Estadual (ou Distrital) de Segurança Alimentar e Nutricional.

EIXO 3 – Sistema e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- 1. Articulação para a implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- 2. Mobilização e divulgação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- § 1º Para formação dos GTs será levado em consideração inicialmente a composição de 1/3 governo e 2/3 sociedade civil, conforme composição de delegados.
- § 2º Um GT será composto por indígenas.
- § 3º Um GT com representantes de povos e comunidades tradicionais de SC.

SEÇÃO III DA CONDUÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

- **Art. 8º** Os GTs serão conduzidos por um facilitador(a), um coordenador(a) e dois relatores(as).
- I Facilitador(a) Será responsável por facilitar a discussão no GT, encaminhar a escolha do coordenador e relatores. O facilitador será indicado pela Comissão Organizadora da Conferencia.
- **II Coordenado**r(a) Cada Grupo de Trabalho terá um coordenador eleito pelo próprio grupo, contando com material de apoio referente às orientações advindas do CONSEA Estadual. O coordenador será responsável pela coordenação dos trabalhos no GT, incluindo, a apresentação dos textos dos Eixos Temáticos e a organização do tempo para as atividades. Este deve estimular as discussões, tornando o processo democrático, garantindo a participação de todos os presentes.
- III Relatores(as) Cada GT elegerá também dois relatores responsáveis por realizar a relatoria e consolidação das propostas de seu GT. Após a finalização dos trabalhos, os relatores devem entregar as propostas à Subcomissão de Relatoria da Comissão Organizadora (Comissão de Conteúdo e Metodologia).
- **Art.9º** O relatório digitalizado deverá ser acompanhado, obrigatoriamente, pela lista de presenças dos participantes do Grupo de Trabalho.
- **Art.10**° Cada GT deverá apresentar até 10 (dez) propostas a serem submetidas à aprovação da Plenária Final.
- § único Os GTs se reunirão em dois momentos conforme segue:
 - a) No primeiro momento, os participantes apreciarão os relatórios das Etapas Municipais/Regionais e temário (eixos / subeixos) da Etapa Nacional.
 - b) No segundo momento, os delegados participantes de cada GT elegerão as propostas a serem apresentadas para aprovação, na Plenária Final.

SEÇÃO IV - DAS PLENÁRIAS –

- **Art.11º** Caberá à plenária, aprovar o regulamento, (suprimir)resolver os casos omissos, votar o relatório final, as moções apresentadas e confirmar os delegados eleitos, titulares e suplentes a etapa Nacional.
- Art.12º Toda e qualquer aprovação dar-se-á por maioria simples dos delegados presentes.
- **Art.13º** A votação do Relatório Final será encaminhada na forma que segue:
 - a) Leitura das propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho com anotação dos destaques;
 - Não será admitida a apresentação de novas propostas ao conjunto de propostas que será votado:
 - c) Não havendo destaques, as propostas serão aprovadas pela plenária;
 - d) Quando houver destaques, os mesmos deverão ser entregues, preferencialmente por escrito, à Mesa Diretora ainda durante a leitura das propostas;

- e) Os destaques deverão contemplar: supressão total ou parcial, modificações ou adendos na referida proposta e pertinência ao tema;
- f) Quando da apresentação dos destaques à Mesa Diretora, a mesma deverá:
 - 1 Promover entre os respectivos autores o possível consenso entre as propostas apresentadas, quando houver dois ou mais destaques semelhantes e com o mesmo objetivo.
 - 2 As propostas não consensuadas serão submetidas à votação da plenária. Parágrafo único – a votação será feita através do cartão e verificados por contraste visual: amarelo – abstenção; vermelho – contrario; verde – a favor.
- **Art.14º** A Mesa Diretora assegurará aos delegados o direito à manifestação, "PELA ORDEM", sempre que qualquer um dos dispositivos deste regulamento não estiver sendo observado.

SEÇÃO V - DAS MOÇÕES –

- $Art.15^{\circ}$ As moções deverão ser apresentadas na plenária final do dia 24/08/2011, sendo encaminhadas e assinadas pelos membros do GT.
- §1º A Comissão de Relatoria organizará as moções recebidas pelos delegados, classificando-as e agrupando-as por tema, para a apresentação e aprovação na Plenária Final.
- §2º A aprovação das moções será por maioria simples dos delegados presentes, com manifestação pró e contra, uma única vez.

CAPÍTULO VI - DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS -

- **Art.16º** Os delegados da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar poderão candidatar-se a delegados para a CNSAN inscrevendo-se na mesa credenciadora do conferencia após a aprovação do respectivo regulamento, até as 12:30h do dia 23 de agosto de 2011.
- § 1 Os delegados serão eleitos em cada segmento (governo, sociedade civil e cotas), de acordo com os critérios abaixo descritos:
- Ser conselheiro (a) atuante nos Conseas Estaduais, Municipais
- Participar de organizações e movimentos sociais relacionados à segurança alimentar e nutricional.
- Representar a diversidade de territórios e regiões no âmbito do Estado.
- Representar os portadores de necessidades alimentares especiais.
- Representar organizações ou movimentos de mulheres.
- Representar diversos setores de governo.
- Apresentar 100% de participação na CESAN por meio da assinatura da lista de presença.
- § 2 Tendo em vista a presença de três etnias indígenas no estado de Santa Catarina serão eleitos 3 delegados indígenas um pela cota e dois como sociedade civil, sendo um guarani, um xokleng e um kaingang.
- **Art.17º** Os Delegados Titulares e respectivos suplentes na seqüência decrescente de votos, eleitos na Conferência Estadual, estão confirmados como Delegados, Titulares e Suplentes, para a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

- §3º A eleição dos delegados será realizada após a plenária de aprovação de propostas e de moções.
- §4º- Os delegados eleitos de que trata o "Caput" deste Artigo deverão estar presentes, para a sua devida confirmação, conforme programação.
- § 5°- Os Delegados Suplentes, no mesmo número que os Delegados Titulares, somente poderão substituir os Delegados Titulares mediante comunicado oficial para a Comissão Organizadora Estadual.
- **Art.18º** Conforme orientação do CONSEA Nacional serão eleitos trinta (39) delegados conforme os seguintes critérios:
 - a) Sociedade Civil: 26, dos quais, 7 serão contemplados por cota (1 indígena, 1 quilombola, 1 povos terreiros, 3 população negra e 1 Povos Comunidades Tradicionais).
 - b) Governo: 13

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS –

- **Art.19º** Serão conferidos certificados de participação na IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina, aos membros das comissões, aos delegados, aos convidados, aos observadores, especificando-se a respectiva condição de participação na conferência.
- **Art.20**° Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora, observadas as suas competências.

Florianópolis, 23 de agosto de 2011.